

POSICIONAMENTO

A Operação Lava-Jato, deflagrada em março de 2014, tem investigado um enorme esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo empresas públicas, grandes empreiteiras do país, políticos e dirigentes públicos de quase todos os partidos.

Entre erros e acertos, a Operação se mostra mecanismo fundamental para romper com esse sistema, ao punir políticos e empresários envolvidos nesse tipo de crime, ao fomentar uma elevação de patamar das relações público-privadas no país e ao contribuir para que a retomada do crescimento se dê em bases íntegras e éticas.

Vários e fortes indícios indicam que poderosas forças políticas e econômicas atuam para inviabilizar novas investigações e os resultados da Operação Lava-Jato.

Nós repudiamos todo e qualquer retrocesso. E todas as ações que coloquem qualquer obstáculo ao combate à corrupção e à impunidade devem ser prontamente repelidas.

A sociedade brasileira necessita de segurança, clareza e precisa manter-se atenta. Os agentes públicos têm de trabalhar da melhor forma possível para assegurar isso. Caso contrário, as consequências podem ser dramáticas para todos. Para a população inteira, pois a fé na nossa democracia iria ruir; para as empresas, pois sem integridade não há prosperidade econômica; e para os agentes públicos, pois não haveria mais confiança nas instituições. Precisamos refundar nosso sistema político, de modo que nossa democracia seja preservada e fortalecida.

A corrupção no Brasil é sistêmica e não há solução única que resolva todos os problemas de uma só vez. Ainda que essencial, a punição, sozinha, não é suficiente para coibir práticas ilícitas. Precisa-se também aprimorar mecanismos de identificação e prevenção. Por isso acreditamos no estabelecimento de um Sistema de Integridade Nacional amplo, que se fundamente nos princípios da transparência e do controle social.

É urgente a construção de um Plano Nacional de Integridade, Transparência e Combate à Corrupção, que deverá abordar, entre outros temas, a integridade no setor privado, com a melhoria da regulação existente; o aumento da transparência pública nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e o fortalecimento das formas de controle, com sistemas mais participativos e eficazes, por meio dos quais se exercite o controle social e aprimore o sistema político e eleitoral.

Apoiamos o avanço da Operação Lava-Jato no âmbito dos marcos constitucionais, sem foco partidário, vazamentos seletivos ou qualquer tipo de influência de interesses alheios às suas metas. Essa Operação deve ser ampla e irrestrita, com total transparência, e prosseguir enquanto houver irregularidades a apurar, independentemente de quem atingir, no poder ou não. Para tanto é necessário obter, de fato, progressos e celeridade na efetivação dos processos e na justa condenação dos políticos e dirigentes públicos envolvidos.

Atenciosamente,

Franklin Feder
Presidente do Conselho Deliberativo

Caio Luiz Carneiro Magri
Diretor-Presidente